



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

- No dia 15 de novembro de 2016, os deputados abaixo-assinados enviaram ao Senhor Ministro da Educação uma pergunta sobre pedido de registo criminal gratuito, através da internet, para professores.

- Sem resposta, no dia 3 de fevereiro insistiram com nova pergunta sobre o mesmo assunto. Passado mais de um mês sobre esta segunda pergunta, continuaram sem resposta por parte do gabinete do senhor Ministro da Educação, pelo que insistiram com nova pergunta a 7 de março.

- De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou também já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta a esta última pergunta.

- A deputada abaixo-assinada vem, deste modo, submeter novamente as questões anteriormente colocadas, abstendo-nos de repetir os considerandos da pergunta n.º 1394/XIII-2.ª, aguardando resposta no prazo fixado pela lei.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1. Tenciona o Ministério da Educação alargar esta iniciativa aos docentes do ensino particular e cooperativo? Se sim, quando?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 6 de Abril de 2017

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)